

## ECONOMIA DA CULTURA E POLÍTICA PÚBLICA: UMA ANÁLISE SOBRE A CONJUNTURA ILHEENSE

Juliana do Carmo Nascimento\*  
Tiago Santana Pedra\*\*

**Resumo:** O cenário social e econômico atual tem reforçado a necessidade de buscar estratégias que possam estimular as atividades econômicas de modo inclusivo. Nesse sentido, vê-se a relevância de perspectivas inovadoras que possam apoiar diversas bases socioeconômicas. Diante disso, a perspectiva da economia da cultura introduz uma dimensão democrática sobre as potencialidades do material cultural para o setor econômico contemporâneo. Em vista disso, o presente artigo visa discutir sobre as dimensões deste segmento econômico para a cidade de Ilhéus. Para isso, foi aplicada uma metodologia básica fundamentada em uma pesquisa bibliográfica e documental visando analisar as informações referentes às ações no eixo economia e cultura para a cidade de Ilhéus no período de 2017 a 2018. Com base na análise, foi possível observar significativas variações sobre o setor cultural em Ilhéus ao longo do período em questão.

**Palavras-chave:** Economia. Cultura. Política pública. Ilhéus

**Abstract:** The current social and economic scenario has reinforced the need to seek strategies that can stimulate economic activities in an inclusive way. In this sense, we see the importance of looking at innovative perspectives that can support diverse socioeconomic bases. Given this, the perspective of the culture economy introduces a democratic dimension on the potential of cultural material for the contemporary economic sector. In view of this, this article aims to discuss the dimensions of this economic segment for the city of Ilhéus. For that, a basic methodology was applied based on a bibliographical and documentary research aiming to analyze the information regarding the actions in the economy and culture axis for the city of Ilhéus in the period from 2017 to 2018. Based on the analysis, it was possible to observe significant variations on the cultural sector in Ilhéus over the period in question.

**Keywords:** Economy. Culture. Public policy. Ilhéus

### 1 Considerações iniciais

A relação entre cultura e desenvolvimento econômico, sobretudo no tocante aos aspectos sustentáveis, tem sido objeto de relevantes discussões na atual conjuntura econômica do mundo. Esta perspectiva vem sendo construída nas últimas décadas a fim de estruturar o segmento sob o viés burocrático e científico. Com base nisso, nota-se que a ascensão desta temática, dentre outras hipóteses, deu-se em decorrência da necessidade de pensar estratégias que possam impulsionar as Economias em desenvolvimento.

Partindo desta prerrogativa, vê-se que a discussão em torno das bases Economia e Cultura corresponde a uma dimensão de análise global que gradativamente tem adentrado a

\* Graduanda em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. E-mail: liana\_karmo@hotmail.com

\*\* Graduando em Artes Visuais com ênfase em Digitais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: tiagopedra88@hotmail.com

conjuntura nacional e, conseqüentemente, regional. Sendo assim, a partir de uma análise bibliográfica básica de cunho documental, o objetivo geral deste artigo é discutir a abrangência das ações e das políticas públicas no eixo economia e cultura para a cidade de Ilhéus no período de 2017 a 2018.

## 2 Abordagens Teóricas

### 2.1 Economia e Cultura: breve histórico

Como contextualiza Porta (2004, n.p.)<sup>1</sup>, a “produção, a circulação e o consumo de bens e serviços culturais começaram a ser percebidos como um segmento de peso na economia das nações já no pós-guerra”. Após a década de 70, o interesse pelo segmento economia e cultura tornou-se, também, objeto de discussões nas entidades de difusão de conhecimento científico. Mas, foi a partir dos anos 90, que a perspectiva econômica pelo viés cultural passou a ganhar “espaço nos órgãos internacionais de cooperação, [sendo] entendida como um vetor de desenvolvimento” (PORTA, 2004, n.p.).

Nesse sentido, determinadas instituições buscaram, progressivamente, incluir questões relacionadas à Economia e Cultura em seu escopo de ação, como por exemplo, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO - sigla em inglês) (PORTA, 2004, n.p.).

Desde então, no contexto nacional, tem-se observado a ascensão sobre tal dimensão, dada a compreensão da relevância em acompanhar as dinâmicas e inovações globais no que concerne às possibilidades de progressão econômica. Ademais, visando a uma proposta de oportunizar o desenvolvimento econômico de forma inclusiva e democrática “a economia da cultura emerge com importância singular, ao implicar em transformações qualitativas muito inovadoras, ancoradas na economia do intangível” (REIS; MARCO, 2009, p. 15).

---

<sup>1</sup> Disponível em: Economia da Cultura. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/wpcontent/uploads/2008/04/texto-sobre-o-prodec-paula-porta.pdf>

Com base nisso, faz-se destaque ao que promulga a Constituição Federal de 1988 em que, além de consolidar os direitos culturais enquanto parte dos direitos fundamentais, “também indicou que o Estado deve garantir os direitos culturais, que o mercado interno é parte integrante do desenvolvimento do patrimônio cultural e que a sociedade deve ser partícipe desses processos” (IPEA, 2010, p. 11, et seq.).

Deste modo, foram estabelecidas entidades governamentais com o intuito de articular todos os parâmetros burocráticos para o desenvolvimento e suporte das possíveis ações voltadas ao enfoque economia e cultura. Destes organismos, pode-se destacar a maior representatividade do Ministério da Cultura (MinC), uma instituição da administração pública federal direta “voltada às áreas de competência sob a política nacional de cultura e à proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro” (BRASIL, 2013, n.p.)<sup>2</sup>.

Por conseguinte, observando o caráter inovador sobre a vertente economia e cultura, ainda é possível perceber alguns contrapontos no que tange à classificação deste segmento. Sobre isso, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (sigla em inglês UNCTAD) salienta que “muitos políticos e acadêmicos, particularmente na Europa e na América Latina, usam o conceito de ‘economia cultural’ ou o termo economia da cultura” para classificar o que se passou a ser estabelecido por Economia Criativa ou Indústrias Criativas (UNCTAD, 2008, n.p.)<sup>3</sup>.

Entretanto, “muitos artistas e intelectuais se sentem desconfortáveis com a ênfase dada aos aspectos de mercado” (CONSELHO BRITÂNICO, 2008, p. 14) isso porque “muitos participantes ativos e representativos do setor acreditam que não fazem parte de nenhuma indústria” (CONSELHO BRITÂNICO, 2008, p. 14). Vê-se, com isso, que “eles estão mais predispostos a se definirem como criadores, empreendedores, artistas ou até mesmo ativistas sociais do que como trabalhadores industriais” (ib. 2008, p. 14).

Muito embora a literatura atual tenha passado a aplicar a classificação mais usual por Economia Criativa (UNCTAD, 2010), alguns órgãos ainda imputam por ‘Economia da Cultura’, como por exemplo, a Secretária de Cultura da Bahia (SECULT-BA)<sup>4</sup> que no portal oficial, exposto virtualmente, ainda classifica tal como supramencionado. Além disso, no Plano Estadual de Cultura, disponível no mesmo canal, menciona-se o mesmo termo, como

<sup>2</sup> Informações consultadas em: <http://www.cultura.gov.br/o-ministerio>

<sup>3</sup> Baseado em: [http://unctad.org/en/docs/ditc20082cer\\_en.pdf](http://unctad.org/en/docs/ditc20082cer_en.pdf)

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=56> acesso em 28 de julho de 2018.

poderá ser verificado mais adiante. Com base nisso, neste escrito, ao analisar a lógica voltada à economia cultural, será mantida a nomenclatura ‘economia da cultura’ para evitar possíveis dissimetrias nas informações apresentadas pelos documentos oficiais regionais.

## 2.2 Panoramas da Economia da Cultura

Com base na UNCTAD, a “economia cultural é a aplicação da análise econômica a todas as artes criativas e performáticas, às indústrias culturais e patrimoniais, sejam de propriedade pública ou privada” (UNCTAD, 2008, p. 5). Assim, se concentra em organizar o setor cultural na perspectiva econômica a partir dos agentes produtores, consumidores e governantes. Neste viés, a economia da cultura representa um segmento diferenciado que visa fomentar “a criatividade, a diversidade, e o protagonismo dos agentes culturais, fortalecendo o diálogo entre Estado e sociedade civil” (REIS; MARCO, 2009, p. 40). Com isso, delinea-se que esta vertente “aposta num modelo de desenvolvimento que tem como principais insumos, o conhecimento, o talento individual, a cultura e a tecnologia” (SEBRAE, 2012, p.7).

Assim, além de propiciar a produção de bens e serviços específicos, a principal característica que preconiza tal vertente está na capacidade de articular diferentes setores funcionais concentrados em patrimônios materiais e imateriais (SEBRAE, 2012). Então, define-se que os bens culturais imateriais correspondem “aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas” (BRASIL, 2009, n.p.)<sup>5</sup> em que podem ser destacados os

conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; manifestações literárias, musicais, artes plásticas, cênicas e lúdicas; rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; além de mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais (BRASIL, 2009).

O patrimônio material, em sequência, constitui “o conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas” (BRASIL, 2009, op.cit.) que são classificados como bens imóveis, dos quais se destacam os “núcleos urbanos, sítios arqueológicos paisagísticos e bens

<sup>5</sup> Consultado em: <http://www.brasil.gov.br/editoria/cultura/2009/10/conheca-as-diferencas-entre-patrimonios-materiais-e-imateriais> acesso em julho de 2018.

---

individuais” além de “coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, fotográficos e cinematográficos” (BRASIL, 2009, n.p.).

Com base nisso, preconiza-se que a economia da cultura se dedica em “fortalecer a liberdade de escolhas das pessoas que atuam na esfera cultural a concretizar o potencial econômico da produção cultural” (REIS; MARCO, 2009, p. 35). Nessa perceptiva, tal vertente “oferece elementos que explicitam a análise das relações econômicas da cultura, destrincha os gargalos das cadeias econômicas dos bens e serviços culturais e utiliza mecanismos de remuneração e acesso a bens e serviços culturais” (REIS; MARCO, 2009, p. 35).

Por esta razão, para além do caráter dinâmico, determinados pressupostos conferem à Economia da Cultura a dimensão de um setor estratégico (PORTA, 2004, n.p.), com capacidade para

- a) a geração de produtos com [...] valor agregado, cujo valor de venda é em grande medida arbitrável pelo criador;
- b) [...] a diversidade de empregos gerados em todos os níveis;
- c) o baixo impacto ambiental;
- d) o impacto positivo sobre outros segmentos da economia [...] que dependem da veiculação de conteúdo;
- e) [...], universos simbólicos, modos de vida e identidades; portanto, seu consumo tem um efeito que abrange entretenimento, informação, educação [...] [assim] a exportação de bens e serviços culturais tem impacto na imagem do país e na sua inserção internacional;
- f) o fato do desenvolvimento econômico desse setor estar fortemente vinculado ao desenvolvimento social, seja pelo seu potencial altamente inclusivo, seja pelo desenvolvimento humano inerente à produção e à fruição de cultura [...] (PORTA, 2004, n.p.).

Outro fator relevante a ser destacado é a variabilidade de atividades qualificadas que podem ser aplicadas no âmbito da economia da cultura. Com base nisso, a fim de mensurar as possibilidades de captação de mão de obra e abertura de mercado, o IPEA (2010), com base em informações do IBGE (2000), elaborou um quadro sobre as possíveis atividades que estão correlacionadas a este viés:

**QUADRO 1 - Classificação da Composição dos empregos culturais**

1 Arquitetos
2 Publicidade
2.1 Profissionais de marketing, publicidade e comercialização
3 Documentação, conservação e patrimônio
3.1 Arquivologistas e museólogos
3.2 Técnicos em biblioteconomia
3.3 Técnicos em museologia
3.4 Escriturários de serviços de biblioteca e documentação
3.5 Encadernadores e recuperadores de livros – pequenos lotes ou unidade
4 Profissões literárias
4.1 Filólogos, tradutores e intérpretes
4.2 Escritores e redatores
4.3 Profissionais do jornalismo
4.4 Especialistas em editoração
5 Profissões das artes e dos espetáculos
5.1 Produtores de espetáculos
5.2 Coreógrafos e bailarinos
5.3 Atores, diretores de espetáculos e afins
5.4 Compositores, músicos e cantores
5.5 Bailarinos de danças populares
5.6 Músicos e cantores populares
5.7 Palhaços, acrobatas e afins
5.8 Apresentadores de espetáculos
5.9 Cinegrafistas
5.10 Técnicos em operação de aparelhos de projeção
6 Fotógrafos
7 Profissionais das artes plásticas e designer
7.1 Desenhistas industriais (designer), escultores, pintores e afins
7.2 Decoradores de interiores e cenógrafos
7.3 Desenhistas técnicos e modelistas

7.4 Técnicos em artes gráficas
8 Arte popular e artesanato
8.1 Joalheiros e artesãos de metais preciosos e semipreciosos
8.2 Ceramistas – preparação e fabricação
8.3 Vidreiros e ceramistas – acabamento e decoração
8.4 Trabalhadores artesanais da tecelagem
8.5 Trabalhadores artesanais da confecção de roupas
8.6 Trabalhadores artesanais da confecção de calçados e artefatos de couros e peles

Fonte: IPEA, 2010.

Entretanto, para que a economia da cultura corresponda efetivamente aos ideais econômicos, a introdução de políticas públicas representa uma das ações fundamentais para o embasamento desta modalidade econômica (SEBRAE, 2012) porque implica determinado governo reconhecer que o problema é uma questão de relevância pública para que possa gerenciar os processos iniciais de identificação de problemas, iniciação de políticas, dentre outras ações (BRACALEON et al, 2015).

Deste modo, após a inclusão de determinado problema à agenda de discussões governamentais; serão iniciados os demais processos de avaliação, execução e viabilidade das intervenções possivelmente executadas. Assim, a política pública, segundo Jaime et al (2013, p. 60), deve conter:

- a) Um conteúdo;
- b) Um programa;
- c) Uma orientação normativa;
- d) Um mecanismo de coerção;
- e) E uma competência social.

### **3 Análise e Discussões**

Nesta seção serão apresentadas as diretrizes que regem o segmento econômico-cultural em Ilhéus em conformidade ao estabelecido pela governança estadual baiana adjunto aos

pressupostos promulgados pelo Minc por meio do Programa Nacional de Economia da Cultura (PNEC) de 2016. Além disso, foram analisados os recursos disponibilizados para a Secult por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA) no período 2017-2018, assim como alguns indicadores sobre o município a partir dos censos publicados pelo IBGE em 2010.

### 3.1 Breve contextualização da cidade de Ilhéus

Ilhéus está situada no sul da Bahia. O território municipal abrange um total de 1.584.693 km<sup>2</sup> e um litoral com mais de 80 km de extensão, sendo o maior do Estado, com uma população estimada em 176.341 habitantes. Além disso, a cidade tem divisas com nove municípios, são estes, Aurelino Leal, Buerarema, Coaraci, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Itapitanga, Una e Uruçuca. (IBGE, 2017)

No que concerne ao potencial econômico, aponta-se, historicamente, uma forte ligação com a agricultura. Este vetor econômico permitiu, por longas décadas, o êxito ilheense ao ponto de ser uma das grandes regiões produtoras de cacau da Bahia. Entretanto, após o fenômeno da Vassoura de Bruxa<sup>6</sup>, a cidade de Ilhéus, que tinha o “olhar fixo para o mercado externo em razão da exportação do cacau, [passou a buscar], em seu próprio espaço, os elementos necessários à superação da estagnação econômica na qual toda a região cacauzeira mergulhou” (MOREIRA, 2013, p. 130). Em decorrência disso, vê-se que, atualmente, além do setor agro, a economia local tem estado embasada, também, no setor de serviços (IBGE, 2017). Ademais, possui relevante articulação com o setor industrial e da administração pública (IBGE, 2017).

Quanto ao potencial cultural da região, destaque-se a Literatura da Região do Cacau por conta de seu “significativo lugar no panorama da Literatura Brasileira” (MENEZES, 2008, n.p.) por estar representada por meio de autores como Jorge Amado, Adonias Filho, Hélio Pólvora, Cyro de Matos, Valdelice Pinheiro, além de outros importantes renomes que compõem o painel da Literatura Sul-Baiana (id. ib.).

---

<sup>6</sup> Uma praga que atingiu as plantações de cacau, causada pelo fungo *Moniliophthora perniciosa* (MOREIRA, 2013).

### 3.2 Diretrizes Institucionais em Ilhéus

Conforme apresentado previamente, qualquer perspectiva de atuação de política pública só passa a ser pensada sobre determinado contexto a partir do momento em que o agente governamental reconhece a demanda pública sobre determinada questão. Nesse sentido, para a articulação de ações voltadas à economia da cultura, a governança estadual e municipal necessita formular seu Plano de Cultura com base nas normatizações estabelecidas pelo MinC, como também estabelecer a composição de secretarias. Sendo assim, a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT-BA) é o órgão responsável pela administração e desenvolvimento das ações voltadas para as questões culturais no contexto baiano. Nesse sentido, sobre o enfoque econômico-cultural, o órgão reforça que:

a economia da cultura é uma ação dinâmica, estratégica e criativa, tanto pelo ponto de vista econômico como sob o aspecto social. Norteada por ideias, conceitos e valorização da geração da propriedade intelectual, as atividades da economia da cultura geram trabalho, emprego, renda e são capazes de propiciar oportunidades de inclusão social, devido à sua atuação com a diversidade [...] (SECULT-BA, s.d, n.p.).

Em atendimento às diversas diretrizes postuladas pelo Minc, o órgão baiano promulgou um documento oficial intitulado Plano Estadual de Cultura (2014). Dentre os pontos abordados no documento, podem ser destacadas as seguintes responsabilidades:

- a) [...] oferecer apoio técnico às iniciativas de associativismo e cooperativismo e fomentar incubadoras de empreendimentos culturais;
- b) estimular micros, pequenos e médios empreendedores culturais;
- c) fomentar a capacitação e o apoio técnico para a produção, distribuição, comercialização de produtos relacionados às atividades culturais;
- d) estimular, por meio de parcerias com entidades da sociedade civil e do poder público, a economia solidária no campo da cultura;
- e) ampliação das atividades culturais, por meio da expansão, diversificação e qualificação de sua capacidade produtiva e ampla ocupação, estimulando a geração de trabalho, emprego, renda, promovendo a profissionalização do setor e o fortalecimento da economia;
- f) fortalecer e articular as redes produtivas que formam a economia da cultura;
- g) desenvolver e gerir programas integrados de formação e capacitação para artistas, autores, técnicos, gestores, produtores e demais agentes culturais, estimulando a profissionalização, o empreendedorismo, o uso das tecnologias de informação e comunicação [para] o fortalecimento da economia da cultura (BAHIA, 2014, n.p.).

Diante disso, na conjuntura econômica-cultural em Ilhéus, o documento mencionado anteriormente serviu de parâmetro para a composição das diretrizes que têm norteado o plano

de ação sobre a gestão da economia da cultura na cidade. Deste modo, a partir da execução das atividades de administração, observou-se a correspondência aos parâmetros que estão sintetizados pelo MinC por meio do Programa Nacional de Economia da Cultura (PNEC), a saber: as ações para a Regulação; a Formação; o Financiamento e ações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

Na prerrogativa de corresponder aos critérios de regulação, a Secretária de Cultura de Ilhéus está regulamentada com base na Lei Orgânica de nº 3.619, de 03 de outubro de 2012, efetivada por meio do Plano Municipal de Cultura. Neste documento, dos diversos quesitos expostos, é pertinente ressaltar os seguintes princípios:

[...]a valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável;  
a democratização das instâncias de formulação das políticas culturais;  
responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais;  
a colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura;  
a participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais (ILHÉUS, 2012, n.p.).

Logo, o Plano Municipal de Cultura serve para desenvolver um ecossistema jurídico e institucional que gere as condições necessárias para o crescimento orgânico e estruturado do mercado cultural na região (BRASIL, 2016, p. 86).

Por conseguinte, sobre as ações de **Formação** no cenário ilheense, é possível ressaltar a Especialização em Gestão Cultural ofertada pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). De acordo com as informações divulgadas pela plataforma virtual da universidade<sup>7</sup>, a Especialização em Gestão Cultural, *lato sensu*, foi autorizada pela Resolução nº 34/15 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UESC, em 13 de abril de 2015. Conforme divulgado,

o Curso resulta de diversas ações extensionistas, no campo da cultura (iniciadas em 2008), implementadas pela Pró-Reitoria de Extensão da UESC (PROEX), em parceria com o Departamento de Letras e Artes (DLA), Núcleo de Artes da UESC (NAU), Ponto de Cultura Arte e Educação – Musicalização e Canto Coral, dentre outras instâncias da Universidade. Tais ações também contaram com importante parceria da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, Fundação Cultural de Ilhéus, Associação dos Municípios da Região Cacaueira da Bahia (AMURC), prefeituras municipais do Território Litoral Sul da Bahia e Fórum de Agentes, Empreendedores e Gestores Culturais do Sul da Bahia (FAEG-SUL) (UESC, s.d, n.p).

<sup>7</sup> Consultado em < [http://www.uesc.br/cursos/pos\\_graduacao/especializacao/gestao\\_cultural/](http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/especializacao/gestao_cultural/)>

Como pode ser observado, o curso de especialização em Gestão Cultural corresponde a um dos importantes mecanismos para a formação e capacitação para a atuação no gerenciamento das ações voltadas ao âmbito cultural na cidade de Ilhéus, como também de localidades circunvizinhas já que a universidade atende discentes de outras regiões. Assim, o curso pode contribuir para o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais que possam cooperar para a sustentabilidade e o aumento da produtividade dos empreendimentos culturais (BRASIL, 2016).

Além da especialização, outra iniciativa pode ser apresentada como um mecanismo indireto de formação, a saber, o ‘Edital Cultura Livre’. O documento, em conformidade com a Lei Federal nº 8.981/95 e a Lei Estadual nº 9.433/05, dentre outras disposições, visou estimular atividades culturais contemplando as ações musicais, de artes plásticas, cênicas, entre outras; em diferentes formatos como, por exemplo, para a execução de oficinas de capacitação em comunidades da cidade de Ilhéus, priorizando atender, em particular, aquelas com menor acesso a produtos culturais. Além disso, o edital visou, também, premiar os projetos selecionados com uma importância de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) com a devida tributação de 20% (vinte por cento) em acordo à Lei Federal 8.981/95.

Quanto ao critério de **Financiamento**, conforme classificado no Diário Oficial da cidade de Ilhéus por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), as fontes para a aquisição de recursos se originam da Receita municipal, investimento externo ou do Tesouro nacional, quando disponibilizado, além de outras fontes de captação privada.

Concernente às ações de **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** em Ilhéus, desde 2017 tem sido promovido o seminário “Gestão, Conselho e Políticas Culturais”, organizado com o apoio de algumas instituições locais, dentre estas a UESC, a partir de uma temática conjuntural. Deste modo, reforça-se a relevância da contribuição do Seminário para a integralização de diferentes instituições, o compartilhamento de informações, como também para o diálogo entre a comunidade acadêmica, institucional e civil.

**Figura 1** – Folders do Seminário



Fonte: Diário Oficial de Ilhéus (2017-2018)

Além destas ações, outras medidas estão sendo aplicadas visando gerenciar as questões de regulamentação e de credenciamento. Como exemplo desta afirmação, podemos citar o edital de Credenciamento dos agentes culturais de Ilhéus. Como estabelecido, a Secretaria Municipal da Cultura – SECULT lançou o Edital de Chamamento Público para promover o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas articuladas a atividades culturais na região. O edital foi publicado com base na Lei nº 3.619/2012 do Plano Municipal de Cultura de Ilhéus e conforme o documento, tal iniciativa buscou contemplar a formalização dos registros de profissionais de diversas categorias, conforme identificadas no quadro abaixo:

**QUADRO 2** – Categorias para o credenciamento

CATEGORIAS	MODALIDADES
A	Grupos de Teatro, Dança e Circo.
B	Poeta, Cordelista, Artista Plástico e Contador de História.
C	Grupos de Capoeira, Maculelê, Samba de Roda, Reisados, blocos afros.
D	Rap, Djing, Breakdance, Graffiti, performance.

E	Livro, leitura e literatura.
F	Oficinas de Artes.
G	Audiovisual – Vídeo Mapping.
H	Banda Categoria A.
I	Banda Categoria B.
J	Músico Voz e Violão.

Fonte: Edital de Credenciamento, 2018.

Por conseguinte, além das intervenções anteriormente explanadas, podem ser observadas, também, importantes mudanças nas dinâmicas de financiamento das realizações culturais no município. Sobre esta realidade, destacamos, na seção a seguir, a análise dos recursos previstos pela Lei Orçamentária Anual (LOA) no período de 2017-2018.

### **3.3 Análise dos Recursos Previstos na LOA, 2017-2018**

A LOA corresponde ao detalhamento das previsões sobre os orçamentos dos órgãos públicos municipais, estaduais e da União. Neste documento busca-se estimar as receitas, bem como estabelecer as despesas de maneira fixa sobre as ações de governo (BRASIL, s.d, n.p.)<sup>8</sup>. Deste modo, de acordo com o documento publicado no Diário Oficial Eletrônico de Ilhéus em 2016, para a receita orçamentária de 2017, foi disponibilizado para a secretaria municipal de cultura o montante de R\$ 2.203.196,77 (dois milhões, duzentos e três mil, cento e noventa e seis reais e setenta e sete centavos). Em sequência, conforme a publicação da LOA em 2017 para o exercício de 2018; foi disponibilizada para a Secretaria de Cultura a importância de R\$ 4.530.868.05 (quatro milhões, quinhentos e trinta mil, oitocentos e sessenta e oito reais e cinco centavos) como pode ser conferido nas imagens a seguir:

<sup>8</sup> Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>

**Figura 2 – LOA 2017**

<b>I – POR ÓRGÃOS</b>			
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>FISCAL R\$</b>	<b>SEGURIDADE SOCIAL R\$</b>	<b>TOTAL R\$</b>
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	<b>13.760.300,00</b>	-	<b>13.760.300,00</b>
Câmara Municipal	13.760.300,00	-	13.760.300,00
<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>272.092.160,00</b>	<b>98.843.900,00</b>	<b>370.936.060,00</b>
Gabinete do Prefeito - GABIN	6.771.226,54	-	6.771.226,54
Procuradoria Geral - PROGER	22.693.969,77	-	22.693.969,77
Controladoria Geral do Município - CGM	804.524,23	-	804.524,23
Secretaria de Relações Institucionais - SERIN	591.973,85	-	591.973,85
Secretaria de Administração - SEAD	29.131.449,85	-	29.131.449,85
Secretaria da Fazenda - SEFAZ	16.039.480,29	-	16.039.480,29
Secretaria de Comunicação Social - SECOM	1.434.382,69	-	1.434.382,69
Secretaria de Educação - SEDUC	95.503.900,00	-	95.503.900,00
Secretaria de Saúde - SESAU	-	85.614.800,00	85.614.800,00
Secretaria de Planejamento, Tecnologia e Orçamento - SEPLAN	1.707.677,44	-	1.707.677,44
Secretaria de Serviços Urbanos - SECSUB	20.023.714,21	-	20.023.714,21
Secretaria de Indústria e Comércio - SEDIC	3.004.600,00	-	3.004.600,00
Secretaria do Turismo - SETUR	11.460.153,43	-	11.460.153,43
Secretaria de Agricultura e Pesca - SEAP	3.003.178,89	-	3.003.178,89
Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMAU	3.423.980,77	-	3.423.980,77
Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES	-	13.229.100,00	13.229.100,00
Secretaria Municipal de Cultura - SMC	2.203.196,77	-	2.203.196,77
Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata	375.600,00	-	375.600,00
Secretaria de Infraestrutura, Transporte e Trânsito - SEINTRA	53.919.151,27	-	53.919.151,27
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>3.378.000,00</b>	-	<b>3.378.000,00</b>
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>289.230.460,00</b>	<b>98.843.900,00</b>	<b>388.074.360,00</b>

Fonte: Diário Oficial Eletrônico, 2016.

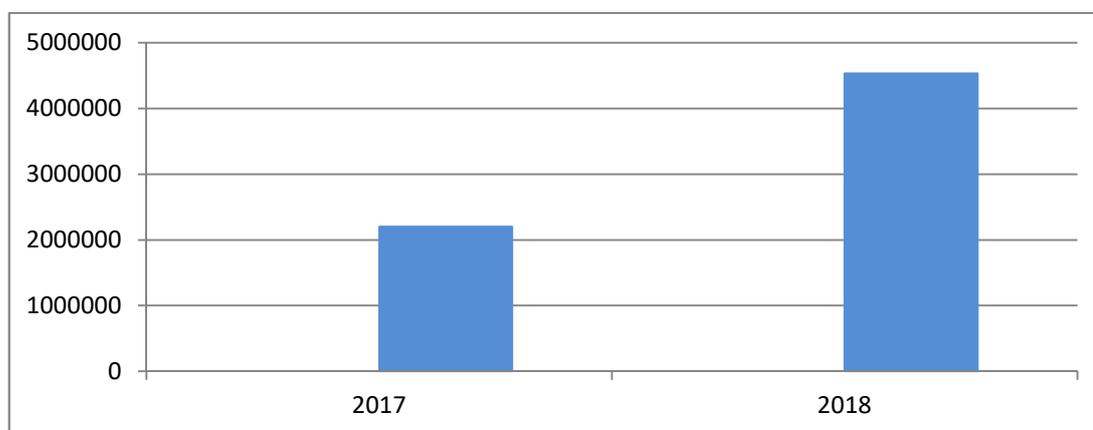
**Figura 3 – LOA 2018**

<b>I – POR ÓRGÃOS</b>			
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>FISCAL R\$</b>	<b>SEGURIDADE SOCIAL R\$</b>	<b>TOTAL R\$</b>
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	<b>14.030.431,95</b>	<b>-</b>	<b>14.030.431,95</b>
Câmara Municipal	14.030.431,95		14.030.431,95
<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>331.603.568,05</b>	<b>117.759.000,00</b>	<b>449.362.568,05</b>
Gabinete do Prefeito	3.945.000,00		3.945.000,00
Secretaria de Governo	9.347.000,00		9.347.000,00
Controladoria Geral do Município	916.000,00		916.000,00
Procuradoria Geral do Município	24.797.000,00		24.797.000,00
Secretaria de Comunicação Social	2.062.000,00		2.062.000,00
Secretaria de Relações Institucionais	437.000,00		437.000,00
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável	3.742.000,00		3.742.000,00
Secretaria da Fazenda	31.145.200,00		31.145.200,00
Secretaria de Administração	37.190.000,00		37.190.000,00
Secretaria de Educação	117.940.500,00		117.940.500,00
Secretaria de Saúde		104.600.000,00	104.600.000,00
Secretaria de Indústria e Comércio	1.911.000,00		1.911.000,00
Secretaria de Agricultura e Pesca	822.000,00		822.000,00
Secretaria de Infraestrutura, Transporte e Trânsito	53.189.266,53		53.189.266,53
Secretaria de Serviços Urbanos	29.345.000,00		29.345.000,00
Secretaria de Turismo	9.883.733,47		9.883.733,47
Secretaria de Desenvolvimento Social		13.159.000,00	13.159.000,00
Secretaria de Cultura	4.530.868,05		4.530.868,05
Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata	400.000,00		400.000,00
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>345.634.000,00</b>	<b>117.759.000,00</b>	<b>463.393.000,00</b>

Fonte: Diário Oficial Eletrônico, 2017.

Conforme demonstrado no gráfico 1, é possível perceber uma variação de R\$ 2.327.671,28 (dois milhões, trezentos e vinte e sete mil reais e vinte e oito centavos) quanto à destinação de recursos disponibilizados pela gestão municipal para as ações de cultura em Ilhéus, ou seja, aproximadamente 51% de acréscimo se aplicado um cálculo percentual simples.

**Gráfico 1** – Evolução dos Recursos 2017-2018



Fonte: Portal da Transparência de Ilhéus, 2017-2018.

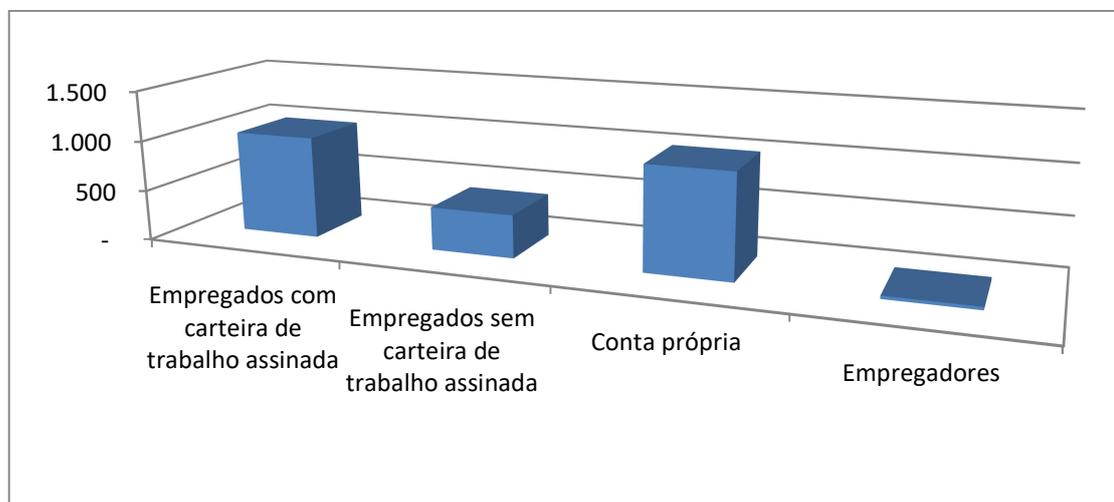
Vale reforçar, conforme as informações divulgadas no portal da transparência, que estes recursos incluem tanto receitas extraídas do município; quanto fundos disponibilizados pela União, assim como outras fontes de captação.

Em sequência, no tocante às informações sobre os indicadores e as estatísticas sobre a economia da cultura; nota-se que ainda existem certas dificuldades para estabelecer parâmetros e variáveis de quantificação. Entretanto, o IBGE, em 2010, lançou uma série com informações demográficas sobre as pessoas participantes da economia da cultura a partir da classificação da faixa etária, gênero, grau de instrução, entre outras variáveis.

Com base nisso, foram analisados no contexto ilheense, os dados referentes ao nível de instrução escolar, gênero e posição na ocupação quanto à participação na economia da cultura, conforme apresentados nos gráficos ilustrados mais adiante.

Deste modo, referente à classificação das ocupações no segmento em questão, conforme determinado no gráfico 2, foi identificado pelo IBGE que 1.012 (um mil e doze) pessoas estariam empregadas com a carteira assinada; 425 (quatrocentos e vinte e cinco) pessoas estariam sem o vínculo em carteira; 1.028 (um mil e vinte oito) foram identificadas como autônomas e 31 (trinta e um) pessoas eram empregadoras no setor cultural.

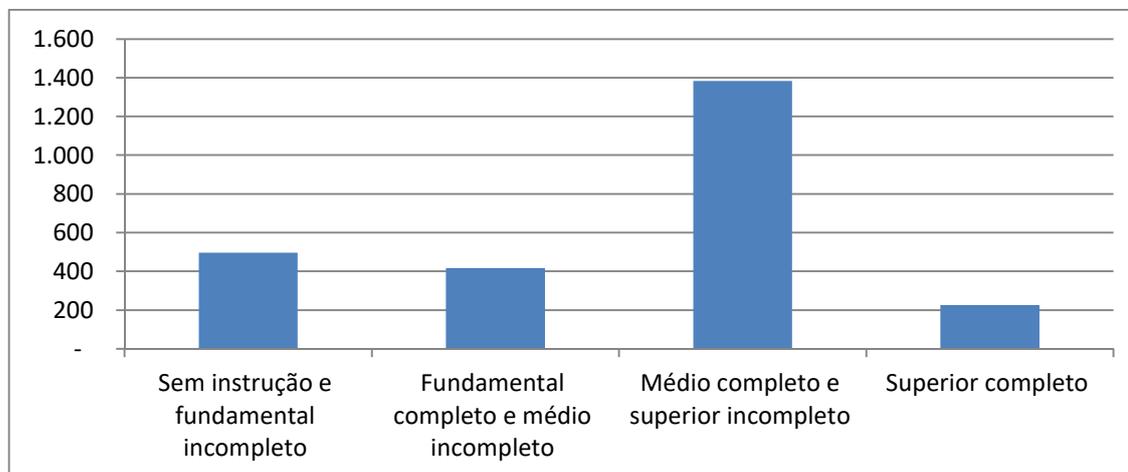
**Gráfico 2 – Posição na ocupação**



Fonte: SECULT-BA com base no IBGE (2010)

Quanto ao nível de instrução, o IBGE identificou que 496 (quatrocentos e noventa e seis) pessoas não possuíam algum grau de instrução ou tinham o fundamental incompleto; outras 417 (quatrocentos e dezessete) tinham o nível fundamental completo ou médio incompleto; 1.384 (um mil, trezentos e oitenta e quatro) possuíam o ensino médio completo ou o nível superior incompleto e 226 (duzentos e vinte e seis) tinham o nível superior completo. Diante disso, conforme representado no gráfico 3, o nível de escolarização mais expressivo é o de ensino médio completo e superior incompleto.

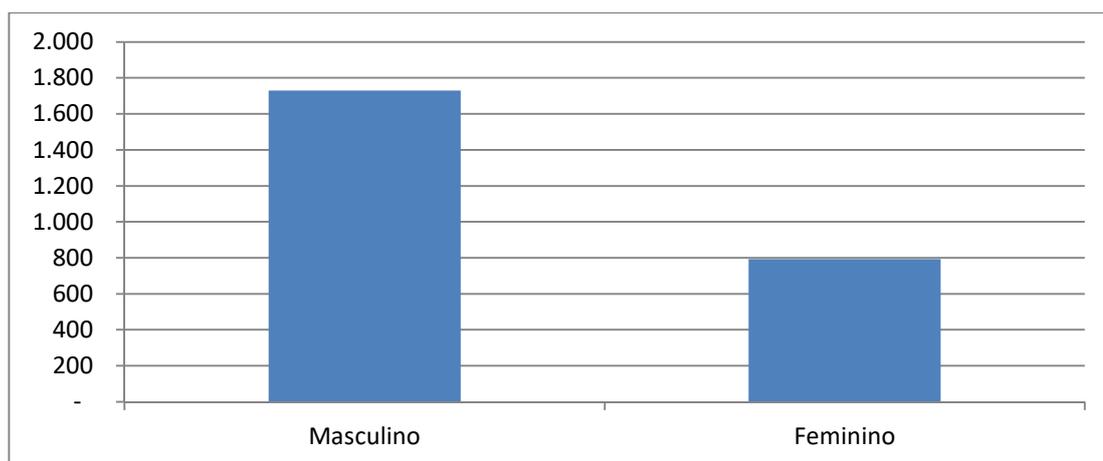
**Gráfico 3 – Nível de escolarização**



Fonte: SECULT-BA com base no IBGE (2010)

Referente à classificação por sexo, foi identificado que 1.730 (um mil, setecentos e trinta) pessoas eram do sexo masculino e 792 (setecentos e noventa e dois) eram do sexo feminino, uma variação acentuada conforme representado no gráfico abaixo.

**Gráfico 4 – Classificação por sexo**



Fonte: SECULT-BA com base no IBGE (2010)

Assim, conforme analisado nesta seção, a região ilheense tem apresentado variações importantes no tocante às políticas de gestão no viés econômico cultural. Entretanto, foi possível observar, também, a ausência de atualização e organização das informações no Portal da Transparência na região, o que pode dificultar o acesso da comunidade civil que esteja interessada em acompanhar as dinâmicas do município para o setor da economia da cultura.

### **3.4 Ações Culturais em Ilhéus:**

Além do apresentado anteriormente, outras dinâmicas podem ser destacadas em Ilhéus que reforçam a iniciativa municipal em disseminar o potencial cultural da cidade. Em vista disso, pode ser pontuado o tombamento da Capela de Nossa Senhora de Santana pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) requerido pela gestão municipal junto ao instituto.

De acordo com as informações divulgadas pelo IPHAN, esta ação está registrada sob o processo: 0687-T-62-C no livro histórico de belas artes. Nesse sentido, a partir de Leal (2016), podemos afirmar que este evento representa um ato importante para a preservação dos

bens culturais e, concomitantemente, contribui para o desenvolvimento das dimensões preconizadas pela economia da cultura.

Finalmente, outra observação importante é a ocorrência de ações de divulgação das atividades culturais locais por meio de projetos e parcerias, das quais podemos destacar as seguintes realizações:

- a) O 12º Festival Internacional de Artistas de Rua da Bahia: realizado com a participação de artistas locais, assim como de países como Mali, Chile, Alemanha, Argentina, França, Tailândia, Bélgica, EUA e Chad;
- b) O Projeto Entrando na Dança;
- c) O Espetáculo Casa de Farinha de Sôanne Marry;
- d) O Projeto Cultura Livre;
- e) A Festa Literária de Ilhéus;
- f) O Edital Tempo de Cultura;
- g) O Concurso Gabriela;
- h) O Projeto Seis e Meia:

#### **4 Consideração final**

Com base nas concepções abordadas no decorrer deste trabalho, notou-se que as dimensões da economia cultural são oriundas de um processo global de dinamicidade social. Neste ponto, foi observado que tal conjuntura surge como alternativa relevante para o desenvolvimento econômico sustentável, democrático e inclusivo; pautados no aproveitamento das diversas manifestações culturais. Por esta razão, tal variante representa um paradigma inovador que se sobrepõe às perspectivas clássicas concentradas na economia industrial, uma vez que detém o potencial criativo fortemente favorecido pelas inovações tecnológicas, por isso, tornou-se classificada como Economia da Cultura ou Economia Criativa.

Entretanto, observou-se também que para a ampliação e eficiência da perspectiva econômica-cultural faz-se imprescindível a participação dos governos para o gerenciamento das questões pertinentes a estes enfoques. Sobre isso, determinou-se que as políticas públicas são mecanismos importantes para a efetividade dos processos de gerenciamento.

Com base nisso, no âmbito ilheense, é possível afirmar que a cidade possui requisitos consideráveis para o aperfeiçoamento dos pressupostos de ação para o desenvolvimento da economia da cultura. Conforme analisado, o Plano Municipal de Cultura, com base na Lei nº 3.619, tem apresentado preocupação sobre estas questões. Além disso, outras atividades têm sido implementadas no sentido de estimular ações culturais no município. Foram constatadas, também, mudanças nos valores financeiros sob a LOA entre 2017 e 2018. Portanto, concluímos que as ações sob o perfil de políticas públicas no cenário ilheense estão sendo introduzidas de forma gradual, por isso torna-se pertinente continuar pesquisando para que sejam estabelecidos dados quantitativos mais aprofundados para os recortes posteriores.

## 5 Referências

BAHIA. SECULT/BA. Secretária de Cultura da Bahia. **Plano estadual de cultura**. 2014. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=56>>. Acesso em julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Sistema de informações e indicadores em cultura – SIIC**. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=67>>. Acesso em julho de 2018.

BRANCALEON et al. **Políticas públicas: conceitos básicos**. São Paulo. 2015.

BRASIL. **Diferenças entre patrimônios materiais e imateriais**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/editoria/cultura/2009/10/conheca-as-diferencas-entre-patrimonios-materiais-e-imateriais>>. Acesso em julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Programa nacional de economia da cultura (PNEC) 2016**. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1337477/PROGRAMA+NACIONAL+DE+ECONOMIA+DA+CULTURA\\_PNEC\\_RELAT%C3%93RIO+FINAL.compressed.pdf/8b6dec76-9a6c-4992-acaf-b11e2e94e6a6](http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1337477/PROGRAMA+NACIONAL+DE+ECONOMIA+DA+CULTURA_PNEC_RELAT%C3%93RIO+FINAL.compressed.pdf/8b6dec76-9a6c-4992-acaf-b11e2e94e6a6)>. Acesso em julho de 2018.

Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, UNCTAD. **Creative economy report**, 2008. Disponível em: <[http://unctad.org/en/docs/ditc20082cer\\_en.pdf](http://unctad.org/en/docs/ditc20082cer_en.pdf)> Acesso em julho de 2018.

Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, UNCTAD. **Creative Economy Report**, 2010. Disponível em: <[http://unctad.org/en/Docs/ditctab20103\\_en.pdf](http://unctad.org/en/Docs/ditctab20103_en.pdf)> Acesso em julho de 2018.

CONSELHO BRITÂNICO. **Série economia criativa e cultural do British Council**, British Council 2008. Disponível em:

<[https://creativeeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Intro\\_guide\\_-\\_Portuguese.pdf](https://creativeeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Intro_guide_-_Portuguese.pdf)> Acesso em julho de 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ilhéus. 2017. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ilheus/panorama>> Acesso em: junho de 2018.

ILHÉUS. **Informações socioeconômicas municipais**. Disponível em:

<<https://www.bnb.gov.br/documents/80223/3021151/Ilh%C3%A9us.pdf/0377b53d-37b0-f84a-60c4-6faa80309b63>> Acesso em julho de 2018.

\_\_\_\_\_ **Lei Ordinária**. Disponível em:

<<[http://transparencia.ilheus.ba.gov.br/abrir\\_arquivo.aspx/Lei\\_Ordinaria\\_3619\\_2012?cdLocal=5&arquivo={8FA7921A-6BDC-443E-A2E0-C00E16CC470E}.pdf](http://transparencia.ilheus.ba.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Lei_Ordinaria_3619_2012?cdLocal=5&arquivo={8FA7921A-6BDC-443E-A2E0-C00E16CC470E}.pdf)> Acesso em julho de 2018.

\_\_\_\_\_ **Plano municipal de cultura**. 2012. Disponível em:

<<http://cultura.ilheus.ba.gov.br/detalhe-da-materia/info/plano-municipal-da-cultura-pmc/69444>> Acesso em julho de 2018.

\_\_\_\_\_ **Leis orçamentárias anuais do município de Ilhéus**, 2017. Disponível em:

<<http://transparencia.ilheus.ba.gov.br/detalhe-da-materia/info/acesse-o-ppa-ldo-e-loa-e-decretos-regulamentares/70351>>. Acesso em outubro de 2018.

\_\_\_\_\_ **Edital N° 001/2018 – cultura livre**. Disponível em:

<[http://www.ilheus.ba.gov.br/abrir\\_arquivo.aspx?cdLocal=12&arquivo={0DA35CDE-0DDD-CCE5-ED3A-E3BCA47B87CA}.pdf](http://www.ilheus.ba.gov.br/abrir_arquivo.aspx?cdLocal=12&arquivo={0DA35CDE-0DDD-CCE5-ED3A-E3BCA47B87CA}.pdf)> Acesso em julho de 2018.

\_\_\_\_\_ **Edital de credenciamento**. Disponível em:

<[http://www.ilheus.ba.gov.br/abrir\\_arquivo.aspx?cdLocal=12&arquivo={DBDD5EDB-ACA4-41C7-BE8C-2B40DEBB7C23}.pdf](http://www.ilheus.ba.gov.br/abrir_arquivo.aspx?cdLocal=12&arquivo={DBDD5EDB-ACA4-41C7-BE8C-2B40DEBB7C23}.pdf)>. Acesso em julho de 2018.

IPEA. **Indicador de desenvolvimento da economia da cultura** / Frederico A. Barbosa da Silva, Herton Ellery Araújo coordenadores.- Brasília: Ipea, 2010. 148. Disponível em

<<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/idecultweb.pdf>> Acesso em julho de 2018.

JAIME, F. M. et al. **Introducción al análisis de políticas públicas**, Florencio Varela: Universidad Nacional Arturo Jauretche, 2013.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. **Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 99-136. jan.-abr. 2016.

MARCHI, Paulo. **Análise do plano da secretaria da economia criativa e as transformações na relação entre estado e cultura no Brasil**. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/interc/v37n1/a10v37n1.pdf>> Acesso em julho de 2018.

MENEZES, Juliana Santos. **As imagens da cidade de Ilhéus em Jorge Amado: literatura, cultura e turismo**, 2008. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14570.pdf>> Acesso em julho de 2018.

MOREIRA, Gilsélia Lemos. **Ilhéus, a terra da Gabriela cravo e canela: de espaço do cacau a espaço do turismo**, 2013. Disponível em:  
<<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/8352>> Acesso em julho de 2018.

PORTA, Paula. **Economia da cultura: um setor estratégico para o país**. Disponível em:  
<<http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/04/texto-sobre-o-prodec-paula-porta.pdf> (s.d)> Acesso em julho de 2018.

REIS; A. C. F.; MARCO, K. de (Orgs.). **Economia da cultura: ideias e vivências**, Rio de Janeiro: Publit, 2009.

SEBRAE/RJ. **Boletim informativo: economia criativa**. 2012. Disponível em:  
<[https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Menu%20Institucional/Sebrae\\_SE T\\_nov12\\_ec\\_crtv.pdf](https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Menu%20Institucional/Sebrae_SE T_nov12_ec_crtv.pdf)> Acesso em julho de 2018.